



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE UNB PLANALTINA-FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEdoC

GEOVAN DOS SANTOS MOREIRA

**DESAFIOS QUE OS JOVENS KALUNGA DA COMUNIDADE
ENGENHO II ENFRENTAM PARA CURSAR O ENSINO SUPERIOR**

**PLANALTINA-DF
2019**

GEOVAN DOS SANTOS MOREIRA

**DESAFIOS QUE OS JOVENS KALUNGA DA COMUNIDADE
ENGENHO II ENFRENTAM PARA CURSAR O ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de ARTES E PORTUGUÊS

Orientador: Prof.Dr. Renato Cabral Rezende.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Renato Cabral Rezende
Orientador/Presidente da Banca

Membro Titular: Prof. Dra. Joelma Rodrigues

Membro Titular: Prof. Ms. Elizana Monteiro

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M838d Moreira, Geovan dos Santos
Desafios que os Jovens Kalunga da Comunidade Engenho II
enfrentam para cursar o Ensino Superior / Geovan dos Santos
Moreira; orientador Renato Cabral Rezende. -- Brasília,
2019.
42 p.

Monografia (Graduação - Licenciatura em Educação do Campo
) -- Universidade de Brasília, 2019.

1. Quilombolo Kalunga Comunidade do Engenho II. 2.
Políticas de Ações Afirmativas. 3. Desafios para Cursar o
Ensino Superior. I. Cabral Rezende, Renato, orient. II.
Titulo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de me proporcionar um momento tão especial e importante na minha vida, agradeço a meus pais em especial minha mãe Maria dos Reis dos Santos Rosa, por ser uma mulher incrível, guerreira, amorosa, inteligente, linda, dentre outras qualidades.

Agradeço todos meus irmãos pela força e companheirismo todos os dias, agradeço aqui a todos meus antepassados que lutaram para formar minha comunidade.

Agradeço o meu orientador Renato Cabral Rezende pelo incentivo e cobranças, porque sem ele esse trabalho não seria possível, agradeço a banca avaliadora por todos os elogios e sugestões em especial a professora Joelma pelos livros.

Agradeço de modo geral todos os participantes das entrevistas. Agradeço a Associação Quilombo Kalunga (AQK), a Associação Kalunga Comunitária do Engenho II (AKCE) pela força durante toda minha jornada.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação desde as séries iniciais até ensino superior. Agradeço todos os colegas dos cursos, especialmente os de minha turma Ganga Zumba, agradeço aqui todos os trabalhadores da Faculdade UnB Planaltina sempre me proporcionando um ambiente agradável para estudar.

Quero agradecer de uma forma muito especial a *filosofia Ubuntu* que contribuiu bastante com minha formação, agradeço minha namorada que sempre me apoiou e incentivou a estudar.

Quero agradecer aqui a todas as pessoas que estão torcendo por mim nessa caminhada. Gratidão a todas as energias positivas recebidas nessa jornada.

Quem falou? Quem falou?
Quem falou? Que queríamos sair
da África,
Quem falou? Que queríamos
deixar nossa terra,
Quem falou? Que a viagem foi
tranquila,
Quem falou?
Trabalhamos sim, não que
queríamos, fomos forçados,
construímos todas as construções
históricas nesse Brasil, debaixo
de chibatadas, com sangue negro,
fugimos sim, por que cansamos
do trabalho escravo, afinal
ninguém merece ser escravo de
ninguém.
Fugimos sim, para construirmos
nossos quilombos,
Fugimos sim, para preservar
nossa cultura,
Fugimos sim, rumo à liberdade,
Agora vem nos dizer que somos
dramáticos,
Agora vem nos dizer que não
temos direito a terra,
Agora vem nos dizer somos
preguiçosos,
Agora vem nos dizer que somos
carentes,
Agora querem acabar com nosso
cerrado,
Agora querem acabar com nossas
nascentes,
Somos um povo guerreiro, vamos
continuar a luta e seguir em
frente,
Queremos sim um dia um
quilombola presidente,
Sabe por quê? Porque somos
competentes.

Geovan dos Santos Moreira

RESUMO

O acesso a entrada e a permanência foi uma articulação dos movimentos sociais e negros no ano de 2003 a Universidade Brasília iniciando uma quebra de paradigma com 15 indígenas entrando na Universidade pública federal. Este trabalho fala sobre os desafios enfrentados pelos jovens da comunidade Kalunga Engenho II, localizada no município de Cavalcante Goiás, para cursar o ensino superior. Para sua identificação foi utilizada uma metodologia qualitativa fazendo entrevista, a partir de oito perguntas. Pode-se observar que o grande desafio é permanecer e concluir o ensino superior.

Palavras-chave: Desafio. Ensino superior. Kalunga. Engenho II. Permanência.

ABSTRACT

Access to entry and permanence was an articulation of the social and black movements in 2003. The University Brasilia initiates a paradigm break of 15 indigenous people entering the Federal Public University. This paper discusses the challenges faced by young people from the Kalunga Engenho II community to attend higher education located in the municipality of Cavalcante Goiás. For their identification, a qualitative methodology was used, interviewing from eight questions. It can be observed that the great challenge is to remain and complete higher education.

Keywords: Challenge. Higher education. Kalunga .Engenho II. Permanenc

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1.QUILOMBOS NO BRASIL E A COMUNIDADE ENGENHO II NO QUILOMBO KALUNGA	12
1.1 Quilombos no Brasil: um panorama geral	12
1.2 Formação do Quilombo Kalunga e da Comunidade Engenho II	17
1.3 A população Kalunga da Comunidade Engenho II: seus usos e costumes	20
1.4 A educação do Povo Kalunga da Comunidade Engenho II	22
2.METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E DOS SUJEITOS PARTICIPANTE DA PESQUISA	24
2.1 Caracterização da área de estudo	25
2.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa e da coleta de dados	26
3 QUILOMBOLAS E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	29
3.1 Quilombolas e políticas públicas de permanência no ensino superior: o caso da Bolsa permanência MEC	29
3.2 Análise dos dados: Os Jovens Kalungas e os desafios que vivem para cursar o ensino superior	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de Localização de Cavalcante	18
Figura 2- Localização do Sítio Histórico Kalunga	19
Figura 3- Localização da comunidade Kalunga Engenho II	25
Quadro 1- Lutas quilombolas e seu protagonismo no Brasil	15
Quadro 2- Comunidades Quilombolas certificadas no Brasil pela Fundação Cultural Palmares	17

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é compreender e analisar os desafios enfrentados pelos Jovens Kalungas da comunidade Engenho II para permanecer e concluir o ensino superior. Os objetivos específicos são: (i) compreender, neste processo, uma política pública de ensino superior para a permanência dos jovens quilombolas na universidade, o Programa de Bolsa Permanência (PBP); (ii) narrar os desafios dos estudantes para concluir o Ensino superior e pensar estratégias para sanar os problemas apresentados. A pergunta norteadora é: qual a importância da bolsa permanência para os Jovens Kalungas da Comunidade Engenho II enquanto cursam o ensino superior?

Os povos quilombolas, historicamente, foram racializados pelas experiências coloniais, imperiais e republicanas brasileiras e continuam à margem dos processos de acesso à cidadania. O reconhecimento das comunidades quilombolas, proteção de suas terras e cultura teve seu início a partir da Constituição Federal de 1988, nos seus Arts. 68, 215 e 216. Existe, um déficit significativo de direitos dos povos quilombolas em relação aos demais segmentos da sociedade. Atualmente, cerca de 5 mil comunidades quilombolas são oficialmente reconhecidas no país pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

No ano de 1998, a Universidade Brasília (UnB) inicia uma quebra de paradigmas através da discussão a respeito da desigualdade de acesso dos negros ao ensino e às carreiras acadêmicas. O argumento desenvolvido viria a transformar-se, três anos mais tarde, em 2002, em parte da primeira proposta, apresentada pelo professor e sociólogo José Jorge de Carvalho, de introdução de uma medida de reserva de vagas para estudantes negros e indígenas numa universidade federal (CARVALHO e SEGATO, 2002). A proposta foi finalmente votada e aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da Universidade de Brasília, em julho de 2003. Durante esse processo, outras universidades do país também implantaram um sistema de reservas de vagas para negros e indígenas. Apesar das ditas minorias ser a maior parte da população brasileira, ainda ocupamos apenas 20% de vagas nas universidades

pública que acaba sendo dividido em subcotas e que os filhos e colonizadores ficam com a maior parte das vagas. Todavia, de acordo com os dados da Fundação Cultural Palmares, em 2008, 107 universidades praticavam reservas de vagas, conhecidas como cotas raciais, e aproximadamente 22 universidades apresentavam vagas para quilombolas.

Em 2012 foi sancionada a Lei nº 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas instituições de ensino da federação e as reservas de vagas para os estudantes negros, indígenas, portadores de deficiência e aqueles das classes de baixa renda. A permanência, ampliação e maior efetivação desta forma de acesso são fundamentais para a construção de uma universidade mais plural e conectada com suas funções junto à sociedade.

No território Quilombo Kalunga, localizado nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre – GO, os discentes ingressam normal e a maioria através de dois programas de ensino: na Universidade de Brasília pela LEDOC (Licenciatura em Educação do Campo) e na Universidade Federal de Goiás pelo programa “UFG Inclui”. Porém, o acesso de estudantes quilombolas ao ensino superior e as suas dificuldades para continuidade no curso de graduação são desafios ainda presentes.

Durante minha trajetória na universidade, tive um estranhamento enorme, em relação a ficar longe de meus familiares e comunidade, mesmo sendo um curso em sistema de alternância. Aproximadamente 75 dias do tempo universidade foram de muitas dificuldades durante os quatro anos.

O trilhar da caminhada foi árduo e com vários conhecimentos, pois no meu dia a dia na minha comunidade não tinha o hábito de fazer leitura, existiam os meus afazeres, como por exemplo, ajudar minha família nas plantações, entre outras coisas pessoais e coletivas. A leitura é exatamente o que o curso exige.

No tempo universidade essa carga de leitura aumentava juntamente com os trabalhos acadêmicos e, como resultado, vem o aprendizado. Meus estágios obrigatórios foram momentos importantes de partilhar com os jovens da comunidade o que aprendi na academia. Era o momento de perguntas curiosas dos educandos em saber como era vida na universidade, já se auto preparando para quando chegarem sua vez de cursar o ensino superior. “Eu na universidade” e, acredito, “nós na universidade”, principalmente de comunidades tradicionais,

somos resistência, pois buscamos os conhecimentos da academia para contribuir com nossa comunidade juntamente com o conhecimento ancestral.

A escolha do tema teve dois fios condutores motivacionais para fazer a pesquisa: a primeira é de foro íntimo porque sou quilombola Kalunga da comunidade do Engenho II, e não encontrei nenhuma pesquisa sobre o tema. A segunda porque observei algumas dificuldades enfrentadas pelos estudantes quilombolas Kalungas da comunidade Engenho II, pois muitos desses estudantes desistiam do ensino superior. Nos estudos acadêmicos percebo necessidade de ecoar as narrativas dos estudantes quilombolas.

O trabalho está dividido em 3 capítulos. No primeiro, foi feita uma apresentação de forma geral da formação dos quilombos do Brasil. Nele, apresento também a formação do quilombo Kalunga e da Comunidade Engenho II, seus usos e costumes e a educação do povo da Comunidade Engenho II. No capítulo 2 abordei a metodologia (coleta de dados) e a caracterização da área e dos sujeitos participantes da pesquisa. O último capítulo - capítulo 3 -, apresenta a relação entre quilombolas e políticas públicas educacionais no Brasil; e contém as narrativas dos estudantes quilombolas Kalungas do Engenho II. Por fim, as considerações finais onde aponto possíveis soluções.

CAPÍTULO 1

QUILOMBOS NO BRASIL E A COMUNIDADE ENGENHO II NO QUILOMBO KALUNGA

1.1 Quilombos no Brasil: um panorama geral

Os estudos e escritos escolhidos para a elaboração deste trabalho sobre quilombo apontam para a necessidade de entender que o quilombo é uma organização que resistiu ao processo de escravização. Dessa forma, apesar do passado de dores neste processo escravocrata, é preciso teorizar sobre a afirmação de que o quilombo foi e será a maior forma de luta e resistência dos africanos escravizados (e de seus descendentes) no passado e na contemporaneidade.

De acordo com Negô Bispo (Antônio Bispo dos Santos), mestre intelectual quilombola e professor do Encontro de Saberes na UnB, a bíblia sagrada do europeus cristãos foi um dos instrumentos utilizados pelas Bulas Papais que contribuiu para a permanência da lógica de escravidão (cf. SANTOS, 2015).

Um dos trechos de Bulas Papais os quais Antônio Bispo dos Santos descreve como uma narrativa colaborativa entre igreja Católica e os reis europeus pode ser observada abaixo:

[...] concedemos livre e ampla licença ao rei Afonso para invadir, perseguir, capturar, derrotar e submeter todos os sarracenos e quaisquer pagãos e outros inimigos de Cristo onde quer que estejam seus reinos [...] e propriedades e reduzi-los à escravidão perpétua e tomar para si seus sucessores seus reinos [...] e propriedades (SANTOS, 2015 p. 28, apud SILVA, 2005).

Conforme o trecho citado acima, já existiam leis para atacar os povos que não eram os ocidentais, ou seja, todos aqueles que não acataram as ordens deles e que tinham uma religião diferente, iniciando a escravidão no Brasil. Primeiramente com os indígenas, depois com os povos negros vindos da África. Segundo a historiografia escrita na revista *Palmares* nº 5, a escravidão negra foi iniciada no ano de 1549 com o desembarque de Tomé de Sousa na Bahia, quando foram trazidos os primeiros africanos para o Brasil.

Eram pessoas livres na África, de origens múltiplas, de ligações fortes com a terra, e que tinham uma cultura e uma linda historia naquele continente. Conforme, Gomes (2015, p. 8),

De origens múltiplas, todos eles foram transformados – na visão dos europeus - *em Africanos*, como se houvesse homogeneidade para inúmeros povos, línguas, culturas e religiões. (GOMES, 2015, p.8)

A passagem acima comprova que os filhos e filhas de diferentes nações africanas foram reduzidos, na visão dos europeus, a um único grupo, apenas os africanos, sendo desconstruídos em suas diversidades. Pessoas que não tiveram nem tempo de despedir dos seus familiares e aqueles que resistiam eram assassinados.

Na trajetória dos africanos até sua chegada no Brasil aconteceram inúmeras situações,

Os navios negreiros que em média, traziam de 300 a 500 pessoas numa viagem de 40 dias, aportavam em cidades como Recife, Salvador e Rio de Janeiro, distribuindo homens, mulheres e crianças para todo o país, depois dos leilões públicos.(*Revista Palmares*, nº 5, 2000, p.10)

Ao chegarem ao Brasil, o território desconhecido, os africanos foram forçados a adaptarem-se à linguagem, à moradia, à alimentação e a culturas de forma que todas as lógicas da sua civilização foram transformadas em apenas mão de obra escrava. De acordo Gomes (2005), os africanos que foram trazidos não eram apenas pessoas comuns, mas possuidores de habilidades para os trabalhos que iriam desempenhar.

entre os escravizados, havia reis, príncipes, rainhas, guerreiros, princesas, sacerdotes, artistas e um sem numero de agricultores, mercadores urbanos, conhecedores de metalúrgica e do pastoreio. Ao atravessar o atlântico, entraram em contato com um ambiente de trabalho intenso de exploração e de produção de riquezas. O sistema colonial nas Américas se nutria cada vez mais de mão de obra escrava, para trabalhar na terra e na agricultura voltada para o mercado mundial (GOMES, 2015, p. 08).

Com o trabalho bem intenso, os castigos rigorosos e a falta de alimentação, muitos escravos morriam nos troncos por não servirem às vontades dos senhores. Por não acatarem as formas de opressões, reagiam de diversas formas. Uma das mais conhecidas é que eles fugiam para os lugares de difícil acesso.

Os quilombos e mocambos se formavam quase sempre a partir de escravos fugitivos. Dos canaviais e engenho do nordeste surgem as primeiras notícias de fuga de escravos e a constituição deles em comunidades. Data de 1575 o primeiro registro de um Mocambo formado na Bahia. (GOMES, 2015, P.12).

Nesta perspectiva, é preciso reafirmar o entendimento de que Quilombo é um lugar de proteção e fortaleza, local de liberdade, manutenção da cultura, de vivência em harmonia com a natureza, lugar em que todos são irmãos, onde todos se defendem. Desde as primeiras formações dos quilombos, os quilombolas construíram correntes humanas de proteção. Para ajudar a contextualizar a historicidade dos quilombos do Brasil, é preciso fazer um entrelaçamento entre o passado e o presente. Sendo assim, se faz necessário trazer Palmares para esta pesquisa:

Os primeiros núcleos se instalaram nas últimas décadas do século XVI e teriam sido cativos fugidos que promoveram uma insurreição próxima à vila do porto calvo. A primeira referência com o nome de Mocambos de Palmares aparece em 1597. (GOMES, 2015, p.78).

Sendo assim, os negros submetidos à escravidão sempre reagiram ao processo escravocrata, muitas vezes eles fugiram em grupos pequenos, depois de se instalarem em planícies ou entre montanhas, sempre em lugares de difícil acesso, começaram a viver da caça e da pesca, das sementes crioulas, desenvolvendo fortes interações com os povos nativos, bem como com brancos empobrecidos. É preciso entender o quilombo de hoje, o quilombo da contemporaneidade, tendo início com Palmares,

Considerando que o quilombo Palmares representa a história de resistência ao modelo colonial imposto ao território brasileiro durante os séculos XVII a XIX, o reconhecimento e a valorização da Serra da Barriga como patrimônio cultural, no ano de 1986, representaram um importante passo do governo brasileiro quanto ao estabelecimento de políticas públicas afirmativas e de fortalecimento das referências culturais negro e afro brasileiras na construção identitária do país. (IPHAN, 2017, p.12).

Faz-se necessário descrever os acontecimentos promovidos pelo povo negro no percurso existencial dos quilombos no Brasil. Portanto, a cronologia das lutas abaixo (editada pelo pesquisador), que pode ser encontrada tanto na *Revista Palmares* nº 5, quanto no *site* da Fundação Palmares, apresenta Quilombos do Brasil. Procurou-se por meio dela evidenciar apenas os aspectos que evidenciam o protagonismo do povo negro.

Quadro 1: Lutas quilombolas e seu protagonismo no Brasil.

Ano	Lutas
1680	Aos 25 anos, Zumbi se recusa a fazer acordo com os portugueses
1914	Surge em Campinas a primeira organização sindical dedicada à causa dos negros. Dela participaram, de forma expressiva e determinante, as mulheres negras
1915	É fundado o jornal Manelick, o primeiro periódico paulista dedicado à difusão da cultura negra e à defesa dos interesses da população afrodescendente.
1924	Surge o jornal clarim da alvorada, inaugurando com outros a imprensa negra;
1926	Fundado em São Paulo o centro Cívico Palmares;
1929	Surge no Rio o jornal Quilombo
1931	Eleito o primeiro juiz negro do Supremo Tribunal Federal do Brasil: Hermenegildo Rodrigues de Barros, o criador do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Criada a Frente Negra Brasileira.
1932	Criado em São Paulo o Clube do Negro de Cultura Social. Seus dirigentes editavam o jornal O clarim da alvorada, um dos mais importantes na história do periodismo racial
1945	A partir de Rio e São Paulo reorganiza-se o movimento negro, reivindicando o fim do preconceito racial. Acontece a I Convenção Negro-Brasileira
1950/1951	No Rio, é aprovada a Lei Afonso Arinos, que estabelece como contravenção penal a discriminação de raça, cor e religião. É também criado o Conselho Nacional de Mulheres Negras.
1971	Fundado no Rio Grande do Sul, por universitários, o grupo Palmares, que propõe o 20 de novembro como dia do negro e que em 79 passa a se chamar dia nacional da consciência negra.
1974	Surgem várias entidades de combate ao racismo. Em São Paulo, surgem o Centro de Estudos da Cultura e da Arte Negra (Cecan), o Movimento Teatral Cultural Negro, o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEIA) e a Federação das Entidades Afro-brasileiras do Estado de São Paulo. No Rio de Janeiro, surgem o Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), a Escola de Samba Gran Quilombo e a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. Criado o primeiro bloco afro em Salvador, o Lleye.
1977/1978	Criado o Movimento Negro Unificado Negro ato público reunindo mais de 3 mil pessoas no centro de São Paulo, que, dentre outras grandes ações, instituiu o Dia Nacional de Consciência Negra, em 20 de novembro, em celebração à memória do herói negro Zumbi dos Palmares
1979	O quesito cor é incluído no recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), por pressão de estudiosos e de organizações da sociedade civil organizada
1981/82	É realizado em Maceió um seminário sobre o Parque Histórico de Zumbi, na Serra da Barriga
1983	Surge em São Paulo o Coletivo Mulheres Negras
1985/1986	Tombamento da Serra da Barriga (União dos Palmares, Alagoas), local onde se desenvolveu o Quilombo dos Palmares, o maior refúgio de negros escravizados da América Latina.
1986	Encontro de Comunidades negras do Maranhão
1988	Nova constituição do país
1991	No estado de Goiás Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga
1992	Realiza-se em Goiânia o II Seminário Nacional sobre Sítios Históricos e Monumentos Negros e o tema é Quilombos; Cidadania Afro-Brasileira.
1994	I seminário Nacional Comunidade Negras Quilombolas
1996	Criação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-Conaq.
1998	Criação do Sistema de Cotas na Universidade de Brasília (UnB), a partir do Caso Ari. O estudante de Engenharia Civil Arivaldo Lima Alves, negro, foi o único aluno reprovado em um projeto, apesar de ter as melhores notas.

Fonte: *Revista Palmares nº 5*, com edição do pesquisador

Essa tabela acima mostra as lutas e as conquistas que os quilombolas conseguiram ao longo dos anos, povo que permaneceu unido em todas as situações desde os navios negreiros até os dias de hoje. Muitas lutas, muito sangue derramado desse verdadeiro povo tradicional dessa terra, mostrando que ainda tem muitas batalhas para conquistar.

Dessa forma, apesar do passado de dores neste processo escravocrata, é preciso teorizar sobre a afirmação de que o quilombo foi e será a maior forma de luta e resistência dos africanos escravizados (e de seus descendentes) no passado e na contemporaneidade.

A história de luta e resistência quilombola no Brasil, brevemente sintetizada na Tabela 1 acima, resultou no reconhecimento e afirmação de comunidades quilombolas no país. A Tabela 2 abaixo apresenta a quantidade de comunidades quilombolas por Unidade da Federação:

Quadro 2 Comunidades Quilombolas certificadas no Brasil pela Fundação Cultural Palmares até novembro 2018.

Quilombos no Brasil	
UF	Comunidades Quilombolas
Acre	0
Alagoas	69
Amazonas	8
Amapá	40
Bahia	783
Ceará	50
Distrito Federal	0
Espirito Santo	42
Goiás	56
Maranhão	754
Minas Gerais	366
Mato Grosso do Sul	22
Mato Grosso	80
Pará	259
Paraíba	40
Pernambuco	160
Paraná	38
Piauí	87
Rio de Janeiro	40
Rondônia	8
Roraima	0
Rio Grande do Sul	126
Rio Grande do Norte	28
Santa Catarina	13
Sergipe	36
São Paulo	60
Tocantins	45
Total	3.212

Fonte: Fundação Cultural Palmares (editado pelo autor 2018)

Observa-se que nos dados acima há três estados em que não foi reconhecida nenhuma comunidade quilombola: o estado de Roraima, o estado do Acre e o Distrito Federal. Porém, um estudo realizado pela comissão da verdade sobre a escravidão negra do Distrito Federal e entorno desmitifica o fato. Segundo o site da palmares, no estado de Goiás, até o momento, foram reconhecidas e certificadas pela Fundação Palmares 56 comunidades quilombolas. A primeira foi Magalhães, localizada na cidade de Nova Roma. Logo após o Quilombo Kalunga, que abrange três municípios (Cavalcante, Teresina e Monte Alegre de Goiás), e que será abordado na seção a seguir.

1.2 Formação do Quilombo Kalunga e da Comunidade Engenho II

O quilombo Kalunga está localizado no nordeste goiano na região da Chapada dos Veadeiros, esse território abrange três municípios, o de Cavalcante, de Teresina e o de Monte Alegre de Goiás. Hoje o território Kalunga é considerado o maior quilombo do Brasil em área de extensão, com aproximadamente 264mil hectares.

Segundo Meire Baiocchi (2013), uma das primeiras pesquisadoras que percorreu todo o território Kalunga, o quilombo Kalunga teve início por volta do ano de 1722, com a chegada do ciclo minerador na região:

A história dos Kalunga remete ao ano de 1722, quando os bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, e João Leite da Silva Ortiz implantaram o ciclo minerador, as "Minas dos Goyazes", no cerrado e desencadearam um processo de povoamento da região (BAIOCCHI, 2013 e Lima s/d).

Quanto a essa informação, no entanto, há outras versões sobre a origem do quilombo Kalunga. Segundo relatos orais das lideranças mais antigas do nosso quilombo, escravos fugidos da Bahia e de Minas Gerais - onde trabalhavam nos canaviais e nas minas de ouro -, especificamente, foram quem deram origem à comunidade Kalunga. Ainda segundo os relatos orais, o quilombo Kalunga se formou há mais de 370 anos, e não há 296 anos, como informa Baiocchi (2013).



Figura 01: Mapa de Localização de Cavalcante.
Fonte: IBGE, 2010

Ainda segundo os relatos orais dos líderes da comunidade, como o trabalho era muito duro e os castigos constantes, que levavam muitos escravos à morte, eles cansaram de servir aos seus senhores. Então, começaram a fugir. Como não fugiam

para longe, eram sempre capturados pelos capitães-do-mato. Assim, tinham que fugir para lugares bem distantes e de difícil acesso, indo para o nordeste goiano bem próximo da Chapada dos Veadeiros, para lugares cercados por serras, com muitas nascentes e terras produtivas. Fugiram para essa região em busca de viver em paz com a natureza e preservar as culturas de seus antepassados. Desde o momento em que eles chegaram para construir quilombo, começaram a viver da caça, da pesca e da agricultura familiar, plantando as sementes crioulas que encontramos até os dias de hoje.

Assim se formou o quilombo Kalunga, que foi reconhecido como patrimônio cultural da humanidade no ano de 1991, de acordo com Baiocchi (2013, p. 68): Aprovação unânime, pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, da Lei Estadual nº 11.409, que transforma a região dos Kalunga em Sítio Histórico e Patrimônio Cultural.

Como já informado, esse quilombo abrange três municípios, o de Cavalcante, Teresina e Monte Alegre de Goiás:

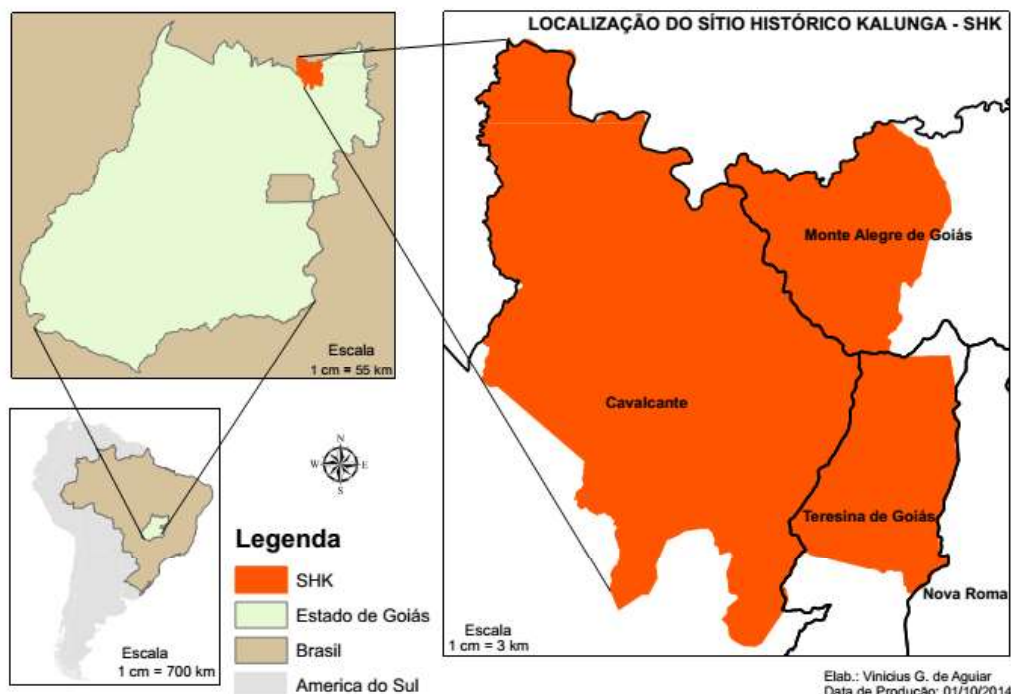


Figura 02:Localização do Sítio Histórico Kalunga.
Fonte: Aguiar (2014)

1.3 A população Kalunga da Comunidade Engenho II: seus usos e costumes

A população atual do quilombo Kalunga tem aproximadamente 10 mil pessoas, todas descendentes de africanos escravizados. Esse povo viveu mais de 200 anos isolado do mundo sem o contato com a educação formal, mas tinha seus conhecimentos tradicionais. Esse tempo de isolamento foi perfeito para manter suas culturas e tradições. Dentro do quilombo Kalunga existem aproximadamente 60 comunidades que ali vivem nos dias de hoje, sendo que as maiores comunidades são: Vão de Almas, Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois, Tinguizal e Engenho II, nas quais a alimentação é bastante saudável. Muitos Kalungas chegam a viver mais de 100 anos de idade.

Os Kalungas, de modo geral, vivem da agricultura familiar, vivendo em harmonia com a natureza retirando dela apenas o sustento de suas famílias, tendo eles a roça de toco uma forma centenária de plantar, sendo tão sustentável que 95% do seu território é preservado.

A comunidade Kalunga Engenho II tem várias festas tradicionais durante os anos, sendo elas as folias, as rezas, as ladainhas, a alimentação (reza no cemitério), fogueira de São João entre outras manifestações culturais.

A folia de Santo Antônio é a mais esperada do ano, por que santo Antônio é o santo padroeiro da comunidade. Essa festa acontece no mês de julho do dia 8 até o dia 13 (Santo Antônio é no dia 13 de junho, mas a comunidade comemora no mês seguinte porque é mês de férias e todos da comunidade podem participar) essa é uma folia que vai de casa em casa cantando e faz o arremate no dia 13 de julho com uma festa que muitas pessoas da região participam.

Além das festas tradicionais, a comunidade tem o costume de molhar o cemitério dos anjos no dia 2 de outubro de todos os anos. Segundo relatos das pessoas idosas da comunidade, molhar o cemitério dos anjos é uma forma de pedir chuva. Tem a dança da Sussa, que é conhecida como dança da chuva, que os seus antepassados dançavam para pedir chuva na época de plantação que faltava chuva.

Quando o assunto é religiosidade dos Kalunga a religião católica prevalece e representa os seus rituais. Em cada localidade do quilombo comemora-se um dia de um santo. Entre eles estão: "Santo Reis, Santo Antônio, Nossa Senhora das Neves,

São Sebastião, Nossa Senhora da Abadia, Santo Simão, nossa Senhora das Candeia, Divino Espírito Santo, São Pedro, São Lazaro, Santa Luzia Santo André” entre outros (COSTA, 2013, p. 59). Uma das manifestações é a folia, que acontece com uma data fixa do ano, na qual um grupo de “homens visitam as casas tocando cânticos e curraleiras (dança típicas dos homens Kalunga), com músicas alegres, com direito ao café da manhã, almoço, lanche e jantar oferecidos pelos moradores que recebem os foliões” (COSTA, 2013, p. 58).

Os materiais que os foliões saem levando são: a bandeira do santo toda enfeitada de fitas, os pandeiros, os violões e as caixas. Vão a cavalo pelas estradas ou até mesmo a pé, de casa em casa, para cantar e dançar em louvor ao santo de sua devoção. Até chegar o dia da festa, em que todos da comunidade se envolvem para fazer um grande jantar comunitário aos devotos do santo e dos visitantes.

Em se tratando das manifestações culturais, a dança mais conhecida do Kalunga é a Sussa, porém existem outras.

Sobre a Sussa, Costa (2013) explica através de um depoimento de uma Kalunga essa dança surgiu quando os escravos foram alforriados, devido a uma promessa feita pela Princesa Isabel a Nossa Senhora. Por motivo de alegria os negros começaram a dançar, às vezes os homens participam, mas em geral é dançada pelas mulheres que equilibram garrafas nas cabeças, cantam versos variados, alguns de devoção, outros nada sérios e até divertidos. Conforme o trecho abaixo.

Ô menina, o que você tem? Marimbondo, sinhá, marimbondo sinhá.
É hoje, é hoje que a palha da cana voa. É hoje, é hoje que tem de avoar...
Rainha de ouro, de ouro só. Esse rei é de ouro, de ouro só.
Osáladevadiá varanda, osáladevadia varanda (BAIOCCHI, 2013, p.55).

Os instrumentos musicais utilizados na dança são caixa, bruaca, viola, pandeiro e “tambor onça” tem esse nome devido ao seu som grave que lembra o rugido de uma onça”). Essa dança sempre é dançada com muita alegria e com roupas coloridas. O povo Kalunga, apesar dos momentos de dificuldades que passaram, ainda guarda seus costumes e tradições, porém o “catolicismo promoveu um verdadeiro genocídio cultural” (SANTOS, 2015, p. 11) transformando em um catolicismo brasileiro.

1.4 A educação do Povo Kalunga da Comunidade Engenho II

A educação na comunidade Kalunga do Engenho II, teve início nos anos de 1980, onde a primeira escola da comunidade funcionava na casa de seu Leopoldo na qual sua filha, Joselina Francisco Maia, dava aula para as crianças da comunidade. Em 1985 foi construída uma escola na comunidade, com uma sala de aula, um banheiro e uma cantina, onde funcionava da primeira à quarta série, essa escola levou o nome de Joselina Francisco Maia, em homenagem à primeira professora (MAIA, 2014).

A escola funcionava até a quarta série durante muitos anos. Como nem toda criança da comunidade estudava, algumas delas conseguiam estudar somente até essa série, porque a maioria dos pais não tinha condições de colocar seus filhos para estudar na cidade, por falta de moradia. Alguns tinham parentes na cidade, sendo que poucos iam morar com esses parentes para ter acesso ao estudo.

Teve o Tele Curso 2000, que chegou a comunidade, foi uma oportunidade para jovens e adultos concluírem até a oitava série, na qual a primeira turma se formou em 2004. Depois a comunidade correu atrás da prefeitura para ter até o nono ano do ensino fundamental e conseguiram, mas houve uma briga maior para conseguir o ensino médio, onde os pais, as lideranças locais e os estudantes fizeram um abaixo assinado e mandaram para o estado pedindo o ensino médio na comunidade. Então, em 2011, teve a primeira turma a se formar na comunidade no ensino médio. Em 2012 foi a formatura de minha turma. Tenho muito orgulho dessa conquista, por ser realizada na comunidade Engenho II, depois houve mais cinco formaturas.

A escola Joselina Francisco Maia hoje tem três prédios, onde de manhã funcionam as séries iniciais e à tarde funcionam o ensino fundamental e o ensino médio, sendo que somente um dos professores não é da comunidade, onde quase todos já são formados.

Então, desde 2011 tem formatura na comunidade Kalunga Engenho II do terceiro ano do ensino médio e de cada turma formada mais da metade dos alunos vai cursar o nível superior. Os principais destinos são a Universidade federal de Goiás (UFG), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade federal do Tocantins (UFT) dentre outras. Vendo que uma quantidade desses estudantes desistia do curso que estava cursando, resolvi pesquisar quais políticas públicas mantêm eles

na universidade e quais são os principais desafios que eles enfrentam para concluir o nível superior.

Como os jovens da comunidade Kalunga do Engenho II terminam o ensino médio na própria comunidade, eles ficam sabendo das políticas públicas que os beneficiam e muitos deles se inscrevem para os cursos. Como todos têm acesso à internet, a informação chega tanto para os filhos como para os pais, sendo os pais os maiores incentivadores dos filhos para cursar o ensino superior.

Muitos alunos já terminam o ensino médio sabendo qual curso querem cursar no ensino superior, ficam empolgados com as profissões que existem, podendo eles mudar a realidade de sua família.

Existem muitas caravanas das universidades que vão até a comunidade para divulgar os cursos, explicando todos os processos de inscrições e nos seminários que existem na comunidade também são divulgados esses cursos, as pessoas que têm interesse se inscrevem e concorrem às vagas iniciando mais um processo de aprendizagem na sua vida.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA E CARATERIZAÇÃO DA ÁREA E DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Este trabalho consiste em pesquisa caracterizada quanto à finalidade metodológica como pesquisa qualitativa, pois se busca compreender, expor e analisar o percurso da entrada dos jovens da comunidade Kalunga do Engenho II no ensino superior. Valemo-nos de uma abordagem que tem como objetivo qualificar os dados, conforme afirma Gil (1999). Utilizando-se do método de entrevista, a partir de oito perguntas norteadoras, temos a pretensão de dialogar sobre o processo educativo, a partir dos dados já coletados de procedimentos que se procurou o detalhamento direto das atividades e dos fenômenos na íntegra na comunidade Engenho II.

Nesta pesquisa de campo, utilizou-se o formato de entrevista com seis acadêmicos quilombolas do Quilombo Kalunga comunidade Engenho II, sendo eles dois acadêmicos da LEdoC, *campus* UnB-Planaltina; uma estudante de medicina da UFG- *campus* Jataí; um estudante de Engenharia Florestal da UFG, *campus* Jataí; um de Ciências Econômicas da UFG, *campus* Goiânia e uma estudante de Administração da UFG, *campus* Goiânia. Nesse sentido, busca-se o aprofundamento das dimensões, do alcance e das percepções dos estudantes sobre o processo de cursar o ensino superior com o auxílio do Programa de Bolsa Permanência (PBP).

O pesquisador fará análise a partir das informações e interpretações de dados das entrevistas, utilizando-se como recurso o roteiro das informações considerando os aspectos e características relevantes coletados. Os sujeitos em estudo dessa pesquisa serão os acadêmicos da comunidade Kalunga Engenho II.

Este formato metodológico foi escolhido como ferramenta que possibilita expor as vozes coletivas dos beneficiários da política pública PBP (BRANDÃO, 1981). E permite uma articulação crítica do conhecimento científico e o conhecimento quilombola provocando um posicionamento sobre o debate em questão.

Nesta pesquisa busca-se descobrir se - e como - a política pública Programa de Bolsa Permanência (PBP) beneficia diretamente os acadêmicos quilombolas da comunidade Kalunga Engenho II.

Com esse trabalho o pesquisador busca entender quais são os desafios que os jovens Kalungas da comunidade Engenho II enfrentam para cursar o ensino superior no usufruto da política pública que os beneficia diretamente.

2.1 Caracterização da Área de Estudo

A comunidade Quilombo Kalunga do Engenho II está localizada no município de Cavalcante, há 27 quilômetros do centro urbano da cidade. Sua formação se dá por duas famílias, Santos Rosa e Francisco Maia. O nome da comunidade tem dois significados: o primeiro que, no passado, se fazia muita cachaça, rapadura, açúcar e melado, porém existia mais de um engenho naquela localidade; a outra versão é que era uma fazenda da época da escravidão.

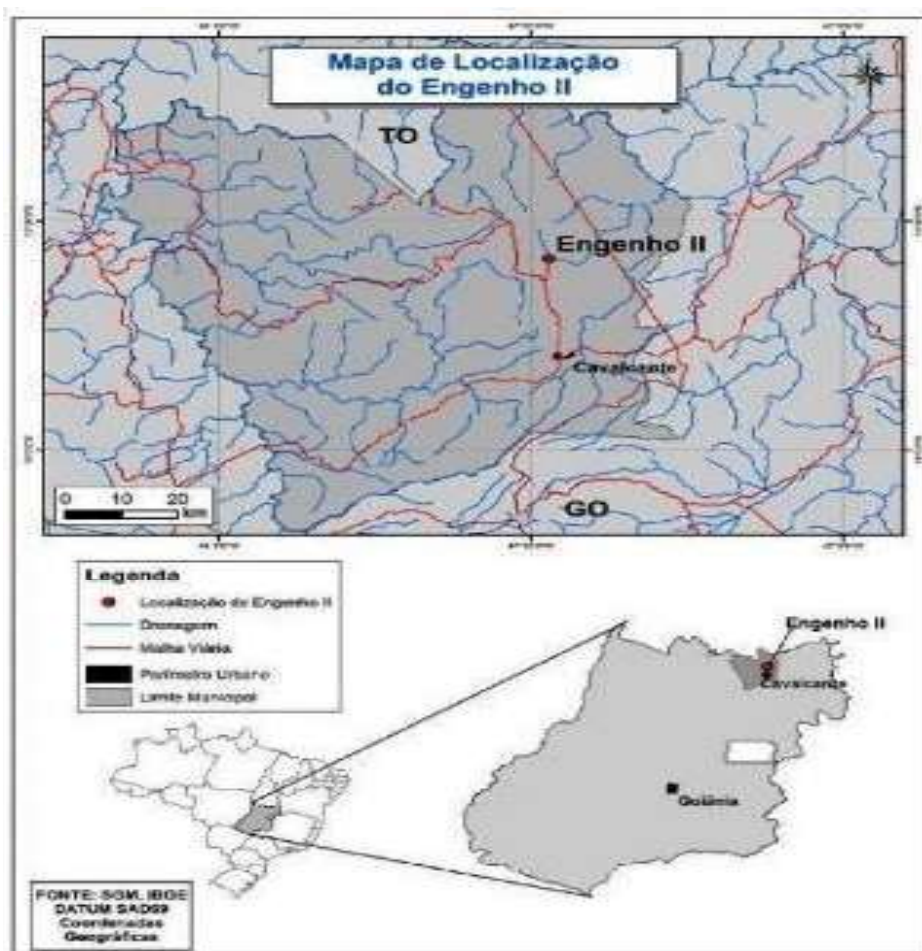


Figura 03: Mapa de Localização da comunidade Kalunga Engenho II.

Fonte: Moreira et AL 2010

A Comunidade situa-se entre os paralelos 13°30' e 14° 00' entre os meridianos 47°30' e 48°30', com uma altitude em torno de 810 metros. Com o levantamento feito por Almeida (2018), tem a comunidade tem 750 moradores e 150 casas. Já Moreira (2016) afirma que a comunidade tem 160 domicílios habitados e 768 habitantes. Isso mostra a falta de um censo quilombola para saber de fato quantos habitantes tem em cada comunidade, porém a segunda versão se aproximaria mais da realidade, pois foi o agente da área da saúde que relatou.

Na população da comunidade predomina a religião católica, sendo apenas 5% protestantes.

2.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa e da coleta de dados

Os sujeitos entrevistados são jovens da comunidade Kalunga Engenho II que estão cursando o ensino superior em três Universidades Federais diferentes. Optei por fazer entrevista com seis jovens, sendo dois de cada universidade, para entender melhor os desafios enfrentados por eles para cursar o ensino superior, no intuito de contribuir com os que ainda irão cursar o ensino superior.

Muitos desses jovens são os primeiros da família a cursar o ensino superior, então eles não têm ninguém que já tenha passado por isso no seu dia a dia para explicar como funciona, como é o caminho na Universidade. Isso acaba sendo mais um desafio.

Edivan dos Santos Moreira tem 23 anos de idade e estudou as séries iniciais na comunidade Kalunga Engenho II, na escola Joselina Francisco Maia. Cursou o ensino médio integrado ao curso Técnico em Agropecuária no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás-IF Goiano, no *campus* da cidade de Ceres, no estado de Goiás. Hoje ele é um dos membros das associações Kalungas de Cavalcante, estudante do curso de Licenciatura em educação do Campo, habilitação em Matemática na Universidade de Brasília (UnB), no *campus* Planaltina.

A entrevista com Edivian foi realizada na nossa casa, somos irmãos, somos uma irmandade de 8 irmãos sendo 2 mulheres e 6 homens. Moramos na mesma casa junto com nossos pais, não tive nenhum problema em realizar a entrevista com ele, além de conversamos bastante sobre o meu trabalho, o que facilitou bastante.

Jéssica dos Santos Fernandes tem 23 anos de idade, estudou as séries iniciais em Brasília. Voltou para comunidade quando estava cursando o ensino fundamental. Nesse período, concluiu o ensino fundamental e médio na escola Joselina Francisco Maia na comunidade Kalunga Engenho II. Hoje ela faz o curso de Medicina na Universidade Federal de Goiás (UFG), *campus* Jataí.

Para realizar a entrevista com a Jéssica não tive problemas também. Primeiro conversei com ela sobre o objetivo do meu trabalho e ela aceitou contribuir com ele. Nós crescemos juntos, sempre fomos amigos e fizemos a catequese juntos. Realizei a entrevista na minha casa quando ela estava de férias da universidade, fiquei muito agradecido com as entrevistas tanto dela como dos outros estudantes.

José Antonio Vieira Praxedes estudou as séries iniciais e o Ensino Fundamental na comunidade Kalunga Engenho II na escola Joselina Francisco Maia e foi pra cidade de Cavalcante cursar o Ensino médio no Colégio Estadual Elias Jorge Cheim. Hoje ele faz o curso de Engenharia Florestal na Universidade Federal de Goiás (UFG), *campus* Jataí.

José Antônio é um grande amigo da infância. Crescemos juntos, trabalhamos nas plantações, ele morou um tempo com minha família. Primeiro conversei com ele sobre meu trabalho, ele gostou e aceitou contribuir. Realizei a entrevista na casa da tia dele, ele estava de férias.

Karina dos Santos Fernandes, 21 anos de idade, estudou desde as séries iniciais até concluir o ensino médio na comunidade Kalunga Engenho II, na escola Joselina Francisco Maia. Hoje ela cursa o curso de Administração na Universidade Federal de Goiás (UFG), na cidade de Goiânia.

Estudei na mesma escola que a Karina só que em salas diferentes. Nunca fomos bem próximos, mas falei do meu trabalho para ela que simplesmente gostou dele gostou e aceitou contribuir com a pesquisa.

Merquides Francisco Maia, 25 anos de idade, sempre estudou na cidade de Cavalcante - Goiás, no colégio Estadual Elias Jorge Cheim desde as séries iniciais até concluir o ensino médio. Hoje ele cursa Licenciatura em Educação do Campo, habilitação em Ciências da Natureza, na Universidade de Brasília (UnB) no *campus* Planaltina, por meio do sistema de alternância.

Conheci Merquides desde pequeno, ficamos próximos assim que ele terminou o Ensino Médio na cidade e foi morar na comunidade. Entramos no ensino superior juntos no mesmo curso, só que em habilitações diferentes. Durante nosso

curso, conversei com ele sobre a minha pesquisa, ele se disponibilizou a contribuir com meu trabalho. Realizei a entrevista com ele na sua residência na comunidade Kalunga Engenho II.

Wellington Santos de Azevedo, de 23 anos de idade, estudou em Goiânia as séries iniciais e voltou para a comunidade Kalunga Engenho II onde estudou o Ensino Fundamental e Médio na Escola Joselina Francisco Maia. Ele estava cursando o curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Goiás (UFG) na cidade de Goiânia. Por motivos pessoais ele trancou o curso e voltou para a comunidade.

Para realizar a entrevista com ele tive que me deslocar da comunidade até a cidade de Goiânia onde ele estava morando, como já tinha entrado em contato com ele, fui até a sua residência e realizei a entrevista.

Todos os entrevistados participaram (sendo que alguns deles ainda participam) de um grupo de teatro chamado “Arte Kalunga MATEC”, que existe na comunidade Engenho II. Esse grupo foi fundado pela professora Núria Renata, no ano de 2008. Ela estudou na Licenciatura em Educação do Campo na área de Ciências da Natureza.

Em uma conversa com a professora fundadora do grupo, ela me contou que criou o grupo por que via uma enorme dificuldade nos jovens da comunidade Engenho II em falar em público. Esse grupo tem um papel muito importante na educação da comunidade tendo a maioria dos jovens já participado dele.

CAPÍTULO 3

QUILOMBOLAS E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

3.1 Quilombolas e políticas públicas de permanência no ensino superior: o caso da Bolsa Permanência MEC

Ocupar um espaço que foi e ainda é muito elitizado, adentra e permanecer nele constituem um processo de lutas coletivas, luta dos movimentos sociais e movimentos negros que se chama de Políticas de Ação Afirmativa: “são muito recentes na história da ideologia antirracista” (MUNANGA, 2004, p. 47). Gomes (2017, p. 31) explica que:

a atuação do Movimento Negro também se deu nos fóruns decisivos da política educacional. Reivindicada pelas organizações negras desde o início do século XX, a inclusão dos negros na escola pública aparecia como recurso argumentativo nos debates educacionais dos anos de 1940 e 1960.

Isso nos leva a refletir sobre o processo de escravidão, em que a população negra foi racializada pelas experiências coloniais e imperiais deste país, continuando à margem dos processos de acesso à cidadania. Basta lembrar que só na Constituição Federal de 1988 foi que as comunidades quilombolas foram reconhecidas pela primeira vez como sujeitos de direitos. Isso significa que existe um *déficit* enorme da sociedade com esses povos.

Em pleno século XXI, ainda é comum ouvir da população negra do campo ou da cidade, entre outros povos de comunidades tradicionais, que são os primeiros do tronco familiar a cursar um ensino superior, em que existir e resistir na universidade é uma luta permanente, na qual entra governo e sai governo sempre essas políticas públicas para as “minorias” - que são “maiorias” - sempre estão sob julgamento. Diante disso, Gomes (2017, p. 84) relata sobre uma “situação vivida no Brasil no início dos anos de 2000, na qual fervilharam posições contrárias e favoráveis à política de cotas raciais para negros e indígenas nas universidades públicas”.

Ainda a mesma autora ratifica que foram momentos de situação intensa e tensa. Pessoas que eram consideradas aliadas da luta antirracista mostraram suas verdadeiras opiniões quando viram possibilidades dos povos negros, indígenas e quilombolas de ingressarem no ensino superior público, afinal as comunidades tradicionais e brancos com baixo poder aquisitivo ocupariam esse espaço e poderiam fazer ciências, ou seja, seriam intelectuais orgânicos. De acordo com Carvalho (2004, p.61-62),

A UnB aprovou o nosso Plano de Metas para a Integração Étnica, Racial e Social, o qual previa cotas para negros e vagas para os índios, no dia 6 de junho de 2003. Como consequência dessa resolução revolucionária, pela primeira vez na história do País um grupo de 15 indígenas pôde entrar em uma universidade pública federal. [...]

Ainda nas palavras do mesmo autor, mais adiante estudantes negros entram na universidade pública. Sendo assim, as outras universidades acompanharam o mesmo sistema, como, por exemplo, as universidades federais de Alagoas, do Paraná, da Bahia, entre outras. A partir desse momento, o perfil socioeconômico nas universidades vai se reformulando, embora até os dias de hoje ainda não seja justa essa distribuição. Gomes (2017, p.87) complementa com a fala de Carvalho explicitando que

De tudo isso resultou o julgamento do STF, no dia 26 de abril de 2012, o qual, por unanimidade, validou adoção de políticas de reserva de vagas para garantir o acesso de negros e índios a instituições de Ensino Superior em todo País. O tribunal decidiu que as políticas de cotas raciais nas universidades públicas e privadas estão de acordo com a Constituição e são necessárias para corrigir o histórico de discriminação racial no Brasil.

As cotas se tornam “uma lei”, em que todas as Universidades Federais têm que ter vagas de ações afirmativas, pois a entrada dessa população excluída na universidade é de suma importância. Porém, a permanência neste espaço também é importante, ambos - acesso e permanência - têm que andar juntos. No dia 09 de maio de 2013, pela a portaria 389, foi criado o Programa Bolsa Permanência (PBP), do governo Federal, portaria esta publicada no Diário Oficial da União. Os agentes de implementação do programa de bolsa permanência são:

- Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU /MEC);
- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC)
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação;
- Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que firmam Termos de Adesão ao Programa de Bolsa Permanência

De acordo com o *Manual de Gestão de Programa Bolsa Permanência*, a Bolsa Permanência "é um auxílio financeiro que tem finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação" (s/d, p.9).

Todavia, quando se trata de grupos étnicos, o manual traz um valor diferente para os estudantes indígenas e quilombolas, devido a razões de suas especificidades com relação à organização de suas comunidades, sejam geográficas, costumes, línguas, crenças e tradições amparadas pela constituição federal. Munanga relata que

Num país onde os preconceitos e a discriminação racial não foram zerados, ou seja, onde os alunos brancos pobres e negros pobres ainda não são iguais, pois uns são discriminados uma vez pela condição socioeconômica e outros discriminados duas vezes pela condição racial e sócio [...] (MUNANGA, 2004, p. 49).

Essa fala mostra a relevância da bolsa para os povos de comunidades tradicionais permanecerem na universidade, pois sofrem discriminação duas vezes nesse espaço em que essa ajuda de custo é de suma importância para trilhar a caminhada e finalizar o ensino superior. Para ter acesso ao benefício, o estudante precisa seguir várias etapas de inscrição até a homologação. O primeiro é (i) estar matriculado na Universidade; (ii) Fazer um cadastro no site sisbp. mec.gov.br; (iii) Anexar as documentações solicitadas; (iv) Assinar o Termo de Compromisso.

Dentro do programa, há uma regra específica para estudantes indígenas e quilombolas. Não possuem restrição quanto à carga horária diária do seu curso, não possuem restrição quanto à renda familiar per capita. Porém, é indispensável

anexar a declaração de anuência da comunidade. Para todos os estudantes do Programa de Bolsa Permanência (PBP), a universidade tem que homologar mensalmente no sistema.

De acordo o *Manual de Gestão do Programa de Bolsa permanência*, todos os estudantes receberão um cartão magnético que será emitido pelo Banco do Brasil, apenas mediante a solicitação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o órgão responsável pelo pagamento.

Essa bolsa permanência sozinha, no entanto, não consegue atender todas as demandas por verbas. Com isso, algumas universidades federais criam políticas públicas de permanência dentro das universidades, como, por exemplo, a ciranda infantil. De acordo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (2015) surgiu essa inserção em “1987 durante o 1º Encontro Nacional de Educadores/as da Reforma Agrária (ENERA), com a função de possibilitar a participação dos pais e especialmente das mães nos espaços políticos do Movimento.

Com isso no curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade de Brasília (UnB), *campus* Planaltina pega o modelo do movimento social leva para dentro a universidade pois no LeDoc têm educandos de vários perfis. A ciranda infantil procura ajudar as mães que levam seus filhos para o espaço acadêmico, deixando as crianças na ciranda durante o período de aula.

3.2 Análise dos dados: os jovens Kalunga e os desafios que vivem para cursar o ensino superior

A partir de agora irei fazer uma exposição dos desafios dos estudantes quilombolas Kalungas da comunidade do Engenho II. Quando pergunto como ficou sabendo do Programa Bolsa Permanência, existem três relatos iguais e três que se complementam, como pode ver pelo relato da estudante Karina (Administração - UFG): “fiquei sabendo por um grupo de pessoas que foram na minha comunidade para divulgar esse programa, além deles fiquei sabendo por outras pessoas também”.

Já o estudante José Antônio (Engenharia Florestal UFG - Jataí) acrescenta que conheceu o Programa Bolsa Permanência (PBP) através de informações locais:

“fiquei sabendo através da associação e por outros colegas que já estava cursando o ensino superior”.

Já Jessica (Medicina UFG - Jataí) partilha de forma detalhada e fala de outra política pública de entrada na universidade, “fiquei sabendo quando teve uma reunião aqui na comunidade e o Jean veio e explicou o programa UFG Incluir¹, nessa reunião minha mãe explicou um pouco como seria, eu ainda estava no ensino médio”.

O relato acima mostra que os pais, de certo modo, procuram informações para deixar os seus filhos informados, mesmo estes ainda cursando o ensino fundamental e médio. Quanto aos demais quilombolas Kalungas, as narrativas são parecidas, porém o estudante Merquides (Licenciatura em Educação do Campo) acrescenta que [...] “passei a conhecer melhor depois que entrei na universidade, pesquisei no site, foi assim que fiquei sabendo” [...].

Percebe-se que existe um partilhar de informações entre os estudantes que já estão na universidade e os que pretendem cursar o ensino superior, existem ações de organizações entre as associações e universidades para deixar os futuros estudantes acadêmicos informados de seus direitos.

Ao entrar na universidade e seguir todo o passo a passo para ter acesso ao Programa Bolsa Permanência, é necessário ouvir os estudantes quilombolas sobre o uso do auxílio, pois isso é indispensável para entender os desafios que os jovens enfrentam para continuar trilhando o caminho acadêmico.

Todas as falas se complementam. Algumas vêm com detalhes diferentes, como, por exemplo, o do estudante José Antônio (Engenharia Florestal - UFG - *campus* Jataí), que diz:

O uso da minha já está todo separadinho, gasto com aluguel, com alimentação por que não tenho bolsa alimentação, passagem; a outra parcela vai para a energia, água, internet. O resto que sobra, compro comida pra tentar alimentar um pouco melhor.

A estudante Jessica (Medicina UFG - *campus* Jataí) afirma que “a minha bolsa permanência vai basicamente pro aluguel, água, luz e para minha alimentação porque eu não recebo bolsa alimentação da universidade”.

¹ O programa UFG Incluir, destinado a candidatos (as) indígenas e negros (as) quilombolas, que tenha cursado o Ensino Médio integral em escola pública.

Com as narrativas acima, entende-se que o estudante e a estudante têm suas contas já calculadas, para os meses seguintes em que o dinheiro já está todo comprometido, até mesmo para alimentação, quando se observa os depoimentos dos quilombolas Kalungas que estão na cidade de Jataí.

Em uma conversa informal, José Antônio explica que já teve o auxílio, no entanto foi cortado o recurso. Atualmente o estudante paga um valor de três reais para uma das refeições. Enquanto isso, ele espera o próximo edital abrir para concorrer novamente.

Todavia, na Universidade Federal de Goiás, na cidade de Goiânia, Karina (Administração - UFG) relata que o uso de sua bolsa é feito da seguinte forma: “eu uso ela pra pagar aluguel, conta d’água, conta de luz, comprar comida, imprimir as xerox dos livros e, às vezes, complementar para pagar o passe livre”.

No que diz respeito aos estudantes entrevistados da Universidade de Brasília, ecoam desafios diferentes, como, por exemplo, os desafios do estudante Edivan (Licenciatura em Educação do Campo - UnB), que descreve: “eu uso pra comprar matérias escolares, comprar roupa, material de higiene, como moro com meus pais ajudo nas despesas em casa, sendo que nem meu pai e nem minha mãe têm emprego, acabo ajudando eles”.

Já o acadêmico Merquides diz: “bom, eu uso pra viagem, pra alimentação minha e de minha família”. Nas falas destes dois estudantes, percebe-se que existe uma semelhança, ambos ajudam com as despesas das famílias. Como o curso é em sistema de alternância tendo o tempo universidade (TU) e o tempo comunidade (TC), é preciso comprar passagem da comunidade Engenho II até Brasília.

E quando a pergunta é se a Bolsa Permanência atende todas as suas necessidades? Apenas um estudante, Merquides (Licenciatura em Educação do Campo - UnB) afirma que: “atende sim todas as minhas necessidades no curso, e uma grande ajuda para gente que fica um tempo na universidade e outro tempo na comunidade”. Porém os demais estudantes da UFG - *campus* Goiânia e UFG - *campus* Jataí ratificam que, infelizmente, a Bolsa Permanência não atende cem por cento as suas necessidades, como pode observar nas falas abaixo:

Atende mais ou menos por que se eu não souber administrar o dinheiro, ele não dá, resumindo ele não atende todas as minhas necessidades (Karina, Administração UFG).

Infelizmente não, por que, às vezes, eu deixo de lanchar, para ter o dinheiro do almoço, do material escolar então não é o suficiente não (José Antônio, Engenharia Florestal UFG - campus Jataí).

Ela não atende todas as minhas necessidades, porque o valor da bolsa é pouco, às vezes tenho que comprar matérias escolares, como eu não tenho emprego, acaba que, quando chega o final do mês, não dá pra quase nada, tem mês que falta e em outros dá pra se manter. (Edivan, Licenciatura em Educação do Campo - UnB).

Nas narrativas dos estudantes Quilombolas Kalungas, percebe-se que a bolsa é um auxílio de suma importância, porém, é necessário ter um autocontrole com os gastos e, de certo modo, dividir despesas com outras pessoas como, por exemplo, Aluguel, Conta de Água, Conta de Energia entre outras.

Como já falado no trabalho, um dos entrevistados reclama do trâmite da bolsa, que estava demorando, e ele afirma que: “estou tentando ainda, eu só tenho uma bolsa da UFG sendo a que eu estou mim mantendo aqui, juntamente com a ajuda de minha mãe”. (Wellington, Ciências Contábeis - UFG). Trata-se de uma bolsa interna da UFG devido à situação fragilidade socioeconômica do estudante. Por esse motivo, a Universidade dá uma bolsa para os alunos nessa situação. Como o auxílio era pouco, o estudante Wellington trancou o curso.

Ao perguntar o que os estudantes gostariam que mudassem no programa Bolsa Permanência, dois falam da burocracia para conseguir a bolsa, que deveria haver uma agilidade de homologação, quando nós, bolsistas, cumprimos as etapas que já foram citadas no tópico anterior.

Quanto à questão de possibilidade de melhoria da Bolsa Permanência, todos os entrevistados solicitam um aumento do valor da bolsa. Percebe-se uma preocupação dos entrevistados(as) com os estudantes de comunidades tradicionais que ainda irão cursar o ensino superior. Há uma inquietação, “medo” de ficar sem esse auxílio devido à situação econômica do País.

Com a realidade do novo perfil de estudantes que ocupa as Universidades Federais, a bolsa permanência tem os seguintes significados, como se pode notar na fala da estudante que diz:

O significado da bolsa, pra mim, é como o próprio nome diz, ela me ajuda a permanecer na universidade, eu não sei se sem essa bolsa conseguiria realmente fazer o curso, porque minha mãe não tem emprego e não conseguiria me manter aqui na universidade. (Jéssica, Medicina - UFG, Jataí).

O outro estudante, no mesmo raciocínio, destaca que

sim, porque ela ajuda os alunos a permanecer na universidade, se não existisse essa bolsa, ficava bem difícil para as pessoas cursar o ensino superior, muitas pessoas nem conseguiria fazer o ensino superior. (Merquides, Licenciatura em Educação do Campo)

A Bolsa Permanência é uma das políticas públicas muito importantes para os estudantes e para o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, pois, ao adentrarmos nesse espaço, carregamos conosco todo nosso conhecimento ancestral e o novo conhecimento acadêmico, surgindo um casamento de saberes, nascendo novos intelectuais orgânicos.

É como se fosse um leque de conhecimento, ela me permite adquirir conhecimentos, coisa que, se estivesse aqui na comunidade, não estaria aprendendo tudo isso. Para a comunidade, com certeza é uma porta que temos aberta, tanto eu e meus colegas pretendemos aplicar nossos conhecimentos na comunidade. Pretendo ajudar a comunidade sim. (Jose Antonio UFG - *campus* Jataí).

No somar das falas, ou até mesmo no multiplicar, ao entrar na academia e a permanência dos quilombolas Kalungas no espaço observa-se um grande avanço para todos, pois muitos de nós somos os primeiros a existir e resistir e não temos condições financeiras para morar em outra cidade. Com isso, nas palavras de Merquides (Licenciatura em Educação do campo - UnB), “a bolsa permanência fica bem melhor para os pais, porque fazer duas despesas fica bem difícil, muitas pessoas desistiram do curso porque não conseguia fazer a despesa da família.”

Outros desafios enfrentados pelos estudantes dentro da universidade é o racismo, que está enraizado no Brasil e que agride a população negra, seja da zona urbana ou seja de regiões rurais. Uns dos estudantes falam que já sofreu preconceito de forma indireta em que existe uma ocultação na forma de fazer a discriminação racial, que é algo estrutural da sociedade. Existe também a discriminação socioeconômica, com isso a população quilombola que chega à

universidade luta duas, três, quatro e várias vezes para se manter ali. Diante disso, a estudante compartilha

eu já senti discriminação por ser negra quilombola estudante do curso de medicina, sou uma das pioneiras no curso de medicina, espero que isso possa mudar nos próximos que mais quilombolas ocupem o espaço das universidades, para que possamos ganharmos força com entrada de quilombolas.

Este relato serve de exemplo e aprendizado para os outros quilombolas que querem cursar o ensino superior, esses pioneiros que estão nos cursos vão abrindo novos caminhos, fortalecendo o acesso e a permanência de todos.

Saindo diretamente do quilombo, os estudantes ainda não têm um ensino de “qualidade” em relação aos demais alunos. Ao dividir uma sala acadêmica com todos os demais educandos acompanhado as disciplinas de igual para igual, acaba ficando mais difícil, como relata a estudante Karina (Administração - UFG):

Nossa frente, tipo assim às vezes mim sinto excluída porque eu não tive uma boa base no ensino fundamental e médio lá no Engenho, às vezes mim sinto atrasada em relação aos meus colegas, não conseguia acompanhar o ritmo deles, por que cada período tenho que dedicar o dobro para acompanhar o ritmo deles.

Na fala da estudante nota-se um certo epistemicídio², pois não é valorizado o seu conhecimento ancestral naquele espaço, e no mesmo momento tem uma sobrecarga para aprender sobre o outro, como exemplo as normas da ABNT: “é horrível eu apanho muito nessa parte, ficar longe de casa também e um desafio, tem toda essa parte psicológica”. (Karina, Administração - UFG). Um dos grandes desafios é manter as duas formas de conhecimento, o acadêmico e o ancestral, com os jovens quilombolas buscando o equilíbrio entre ambos.

Todos os estudantes pensam em contribuir na comunidade, porém até o momento estão pensando em como fazer isso. Os estudantes ledoquianos, de certo modo, já têm um caminho, lecionar aula na comunidade. Porém, as vagas não são suficientes para todos. E, de certo modo, todos os quilombolas Kalungas sabem que

² O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e rebaixamento da capacidade cognitiva, pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p.97).

o espaço ocupado na universidade não está sendo apenas o Eu e sim o Nós. Carregamos em nosso corpo toda luta dos nossos antepassados, então entrar, permanecer e concluir é uma forma de gratidão com o território e comigo mesmo. Porque entendemos que eu sou porque nós somos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender e analisar os desafios enfrentados pelos jovens Kalungas da comunidade Engenho II para permanecer e concluir o ensino superior.

Ao entender o universo estudado, pude compreender que estar na universidade é um ato político, que muitos lutaram e lutam para que isso aconteça de forma justa, sem anular os conhecimentos de nenhuns povos de comunidades tradicionais e das demais pessoas.

Nas falas dos estudantes quilombolas Kalunga observei que muitos utilizam a bolsa do Programa Bolsa Permanência (PBP) para pagar as despesas de moradia no local do curso, e que, de certo modo, sem ela não conseguiriam estar nesse espaço que ainda é muito privilegiado.

Tanto na UFG, quanto na UFG - Jataí, os estudantes não conseguem, ou não têm republica de estudante através de políticas públicas. Quando tem, não são contemplados com a vaga, mas os estudantes da Universidade de Brasília consegue as políticas internas de permanência alojamento, isenção do restaurante universitário e ainda temos o apoio da bolsa permanência.

Como já falei no último capítulo os desafios enfrentados por alguns estudantes quilombolas da comunidade Engenho II, neste momento proponho a citar caminhos.

A primeira possível solução e juntamente com as associações locais e quem sabe com ONGs seria comprar uma casa para que os estudantes quilombolas Kalungas possam ficar juntos e minimizar o aperto que passam com as necessidades financeiras e saudade de casa, pois temos afetos. Essa iniciativa deveria começar na cidade que mais recebe estudantes quilombola Kalunga e, mais adiante, copiar o modelo para os outros *campus*, parece utópico mas não impossível. Outro caminho seria criar grupo de estudos dentro da comunidade a partir de quinta série, em que falaremos os desafios enfrentados dentro da academia e mostrando caminhos para nos organizar contra qualquer forma de opressão que possa nos fraquejar.

REFERÊNCIAS

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Turismo: como aprender, como ensinar.** Vol.2. São Paulo, Editora SENAC, 2001.

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. **Kalunga: Povo da Terra.** 3 ed. Goiânia: Editora UFG. 2013.

BRASIL. Uma historia do Povo Kalunga. Ministério da Educação e Cultura-Mec /SEF, Brasília 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante.** Editora Brasiliense São Paulo,1981.

CARVALHO, José Jorge de. **Ações Afirmativas como Bases para uma aliança negro-branco-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil.** In: GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves (org.) **Afirmando Direitos:** acesso e permanência de jovens negros na universidade. Editora autêntica Belo Horizonte, 2004.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Certificadas.** Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>.Acesso em 25 de Novembro 2018

CRONOLOGIA DE LUTAS.Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=9513>>.Acesso em 25 de Novembro 2018

GOMES, Flavio dos Santos. **MOCAMBOS E QUILOMBOS: Uma História do Campesinato Negro no Brasil.** Editora Claro ENIGMA, São Paulo, 2015.

GOMES, Nilma Limo.**O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR: saberes cosntruidos nas lutas por emancipação.** Editora Vozes, Petrópoles, Rio de Jnaneiro 2017

IPHAN.Serra da Barriga,Parte Mais Alcantilada-Quilombo dos Palmares. Editora Cubo,2017.

LIMA, Luiz J. R. Cunha. **Pequeno Histórico da Grande Chapada dos Veadeiros.** Ano desconhecido.

MAIA, João Francisco **História e Memória da comunidade Kalunga Engenho II** 2014.

MARTINS, Aracy Alves (org.) **Afirmando Direitos:** acesso e permanência de jovens negros na universidade. Editora autêntica Belo Horizonte, 2004.

MOREIRA.Jorgeanny F.R. Paisagens Culturais do Povo Kalunga em Cavalcante-Goiás: Cotidiano e Festas. Editora Paco: Jundiáí, 2016.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Ciranda Infantil leva estudo, cultura e diversão aos Sem Terrinha Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/01/19/durante-encontro-ciranda-infantil-leva-estudo-cultura-e-diversao-aos-sem-terrinha.html>> Acesso em 20 de setembro 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil**- Um ponto de vista em defesa de cotas In:GOMES, Nilma Lino;

REVISTA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, **Quilombos do Brasil**.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS modos e significações**. Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, Brasília 2015.